

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.392, DE 2004

Dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de móveis escolares e dá outras providências

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado SEVERIANO ALVES

PARECER VENCEDOR

Em reunião ordinária, realizada no dia 30 de março de 2005, a Comissão de Educação e Cultura deliberou contrariamente e ao parecer do nobre relator, Deputado Rogério Teófilo, cabendo-me a relatoria do parecer vencedor.

Conquanto meritória a intenção do nobre autor e do relator original, a isenção de imposto, que no caso beneficiaria as escolas particulares, tem reflexo direto na disponibilidade financeira para o ensino público, uma vez que este conta com receitas vinculadas de todos os impostos.

Cabe verificar se o projeto traria benefícios significativos à escola pública. O Poder Público influencia o mercado, na medida em que pode realizar suas compras em escala. Assim, nos processos licitatórios, os preços abusivos, fora do mercado, são naturalmente eliminados. Ademais, há programas de confecção de móveis escolares, entre os quais aqueles inseridos em programas de ressocialização de presos e egressos do sistema prisional.

O montante de recursos correspondente à isenção pretendida pode ser direcionado a programas prioritários da educação básica, como aqueles relacionados à melhoria da qualidade do ensino.

Em vista deste entendimento, foi rejeitado o Projeto de Lei nº 4.392, de 2004.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

Deputado SEVERIANO ALVES
Relator